

Calmon quer economia sem a interferência do Governo ^{Brasil}

Salvador — "O desenvolvimento social no Brasil só será aquele que desejamos quando o Governo interferir menos na economia", afirmou o presidente do Grupo Econômico e membro do Conselho Monetário Nacional, Ângelo Calmon de Sá, acrescentando que se não tivessem sido liberados certos setores a partir do final de 1980, a crise econômica do ano passado teria sido muito pior.

O ex-Ministro da Indústria e do Comércio defende uma revisão da política salarial, deixando livre para negociação uma faixa maior de assalariados e dando reajustes automáticos apenas para quem ganha muito pouco. Assim, segundo ele, seria evitado o desemprego. "Um país em recessão industrial não pode estabelecer aumentos automáticos, porque chega um momento em que a indústria tem de reduzir sua folha de pessoal e, para isto, acaba mandando gente embora", argumentou.

Déficit da Previdência

Ao comentar o déficit da Previdência com o sistema financeiro, que chegou a Cr\$ 180 bilhões em dezembro, o presidente do Banco Econômico defendeu a necessidade de o IAPAS ser reestruturado para aumentar sua eficiência.

— Esse déficit está sendo financiado pelo sistema financeiro. Ele atingiria uma soma absolutamente insuportável pelos bancos, que teriam de suspender empréstimos às em-

Arquivo



Calmon de Sá é defensor da revisão da política salarial

presas do setor privado e aos indivíduos, para atender às necessidades de caixa do instituto, caso não fossem adotadas as recentes medidas governamentais.

Portanto, o Sr Ângelo Sá considera muito positivos os efeitos da solução encontrada para o problema de caixa da Previdência sobre a política monetária. Disse que, se o Governo não tivesse coberto o déficit desta forma, teria de emitir moeda, um fator inflacionário.

Na opinião do integrante do Conselho Monetário Nacional, o Governo deveria redistribuir mais o sacrifício da solução para a Previdência. A própria União, ao seu ver, deveria suportar uma carga maior do déficit, colocando uma parcela da dívida sobre o orçamento fiscal.

Aliás, ele acha que maior volume de recursos para investimentos do Governo, sobretudo os subsídios concedidos, deveria ser deslocado do Orçamento Monetário para o orçamento fiscal, a fim de não haver impacto inflacionário.

Para tanto, considera indispensável reduzir-se os investimentos governamentais em obras de grande porte, como Itaipu, Furnas, Usinas nucleares e até Tucuruí, pois acredita que ainda há margem de manobra, podendo haver um retardamento dos cronogramas.

— Afinal — argumenta o ex-Ministro — está-se evidenciando que a economia do país não vai poder crescer no ritmo que cresceu no passado, e vamos ter muita disponibilidade não só de insumos básicos, como de bens de capital.

Queda dos juros

O presidente do Econômico reconhece que "os juros bancários estão muito eleva-

dos", variando entre 125% e 130% em operações comerciais, segundo ele. Mas disse que a tendência este ano é de cair, acompanhando a queda da inflação.

— Na medida em que o Governo cubra seu déficit fiscal através da redução de despesas e não utilizando o processo de financiar, enxugando o mercado, a inflação tende a cair. O Governo tomando dinheiro pressiona a taxa mais para cima.

Justificando porque acredita numa queda das taxas de juros de pelos menos 20%, o Sr Ângelo Sá lembrou que a menor parcela de crédito atualmente no Brasil é representada pelos recursos externos e pelos recursos do Sistema Financeiro de Habitação. E ambos estão ligados ao comportamento da inflação, diz ele, pois tanto a variação cambial quanto a correção monetária estão vinculadas à taxa de inflação.

Como para este ano está prevista a taxa de 75% para a inflação e para a correção monetária, a queda estimada é de 20 pontos percentuais.

— Só aí se baixou as taxas de juros do sistema financeiro e dos empréstimos externos em 20% — comenta o banqueiro.

Ele é contra a adoção de dois mercados cambiais — um para operações financeiras e outro para comercialização de mercadorias —, pois acha que todo país que implementou oficialmente mais de uma taxa de câmbio acabou tendo "problemas seríssimos" nessa área.

Livre mercado

Também o presidente do Econômico condena o controle dos juros e dos preços das mercadorias como meio de controle da inflação. Afirmar que foi esta prática até 1980 que levou o país a uma inflação de 125%.

— Enquanto se mantêm os preços controlados, tudo bem, mas na hora de soltar, pipoca. E, no mundo inteiro, nenhuma economia conseguiu manter o controle eternamente. E isto não é possível porque depois quebra todo mundo.

O Sr Ângelo Calmon de Sá considera perfeitamente possível ao Governo interferir ainda menos na atividade econômica, dando maior liberdade de funcionamento de mercado e, ao mesmo tempo, favorecendo o desenvolvimento social.

Lembra que os prognósticos no começo do ano passado era de chegar-se a dezembro com exaustão das reservas cambiais do país e inflação de 180%. Só não ocorreu isto, segundo ele, porque o Governo liberou vários setores da economia.

— Ficariamos numa situação parecida com a Polônia se houvesse maior controle da economia, como acontece com esses regimes onde a presença do Estado é tão grande — acientuou.

Entende o ex-Ministro que, na medida em que o Brasil evolua mais na direção da abertura de capital das empresas, estará reafirmando mais e mais a validade do capitalismo. Esta é uma forma de a empresa nacional, descapitalizada, enfrentar a crise, em sua opinião. Mas reconhece que este é um processo lento de conscientização do investidor.

Reciprocidade

Apesar de bastante reduzida, a exigência da reciprocidade em Operações 695 (crédito subsidiado para a pequena e média empresa) não vai deixar de existir, segundo o banqueiro, "porque é difícil comprovar qual a reciprocidade cobrada pelos bancos e qual a dada espontaneamente pelo cliente".

— Tendo um pequeno empresário uma 695 dada por um banco, é natural que opere com ele. É possível que, no final, esta conta apresente um saldo positivo, equivalente a 10%, 20% ou 30% do valor do crédito. Mas aí não há pecado nenhum. O problema era o que se fazia antes. O banco dizia: "Está aqui sua 388, você vai levar a metade e a outra metade vai ficar aqui presa, aplicada comigo em depósito a prazo, com juros subsidiados."

O presidente do Banco Econômico disse que o Governo está interessado em encontrar uma fórmula de baixar os juros internos sem prejudicar a captação de recursos no exterior, considerada indispensável. Mas diz que o contingenciamento (bancos só emprestarem recursos captados no Brasil se o cliente tomar uma parte no exterior) não é a solução.